

## ***45 Anos, sempre com os Agricultores!***

*Pedro Santos*

*Direcção da CNA*

Quero começar por agradecer a vossa presença. Aos agricultores, razão de ser da existência da Confederação Nacional da Agricultura, a todos os convidados que nos honraram ao acompanhar-nos nesta comemoração, aos oradores convidados que me antecederam. Um agradecimento muito especial à Escola Superior Agrária de Coimbra que mais uma vez nos disponibilizou o espaço e todos os recursos necessários para realizar a iniciativa. E aos trabalhadores da CNA, mais uma vez incansáveis. A todos muito obrigado.

Companheiros,

Ao longo destas quatro décadas e meia muitas foram as lutas que travámos e continuamos a travar, ganhámos e perdemos, umas vezes com o sentimento de dever cumprido, outras com a sensação que podíamos ter feito mais.

Mas uma coisa é certa, desde o 26 de Fevereiro de 1978 que há três questões que para nós são fundamentais:

- a defesa dos pequenos e médios agricultores
- a valorização da Agricultura Familiar;
- o desenvolvimento da nossa agricultura e do nosso país.

Sempre e Sempre com os Agricultores! É isto que nos move.

Foram estas lutas e estes desígnios que nos trouxeram até aqui, que fizeram da CNA aquilo que ela é hoje, uma Instituição reconhecida, uma organização que congrega dezenas de Federações e Associações de Agricultores, de Produtores florestais, de Compartes dos Baldios e Associações de Desenvolvimento Rural, que representa milhares de agricultores, quer em Portugal, quer no resto do mundo através da nossa participação na Via Campesina.

Uma organização livre, democrática, que valoriza e promove a discussão entre os seus membros, uma organização de agricultores que trabalha para os agricultores com dirigentes e funcionários

que vestem a camisola, que, muitas vezes com sacrifício pessoal, lutam por um Mundo Rural vivo, útil e produtivo.

Companheiros,

De facto, ao longo da nossa história temos passado por muito, desde a integração na União Europeia com a adopção de uma PAC que esmagou e continua a esmagar milhares de pequenos e médios agricultores, até a uma cada vez maior industrialização dos processos produtivos de uma agricultura sem agricultores, passando pela incorporação da agricultura na Organização Mundial de Comércio.

Hoje os tempos que vivemos não são melhores. Foi a pandemia e a impossibilidade de venda dos produtos, foram e são os aumentos brutais dos custos, foi a seca e os incêndios do ano passado, é a guerra e as sanções por causa da guerra. Se já era difícil a vida de agricultor agora é muito mais, se o rendimento já era baixo, agora é quase inexistente.

Dizer-vos, companheiros, que isto não acontece por acaso. O rumo da desgraça tem caras, tem ministros e ministras, tem governos e todos eles (uns mais que outros, é certo) que nos últimos 40 anos passaram por São Bento têm culpa no cartório, todos eles adoptaram políticas que favoreceram sempre o grande agronegócio em detrimento dos pequenos e médios agricultores e da Agricultura Familiar.

E não, companheiros, não é incompetência. É mesmo deliberado!

Como já aqui ouvimos hoje muito bem detalhado estes foram os nossos primeiros 45 anos, mas o que defendemos para futuro? O que desejamos que sejam os próximos 45?

Propomos, companheiros, uma mudança de rumo e vamos com certeza lutar por isso.

Defendemos uma alteração profunda nas políticas agrícolas aplicadas em Portugal, centrada nos seguintes sete princípios que a seguir enumero:

#### **Primeiro – Melhoria do Rendimentos dos Agricultores**

Sem preços justos à produção, nada faz sentido. Uma política para o futuro e com futuro tem de garantir aos agricultores, principalmente aos pequenos e médios, à Agricultura Familiar, o escoamento a preços justos dos alimentos que produzem.

Décadas de más políticas agrícolas, que nos esmagam, que permitem que a grande distribuição continue a fazer o que quer, que Portugal seja inundado de produtos vindos sabe-se lá de onde,

produzidos sabe-se lá como, levam a que a realidade de hoje é que baixos preços à produção são a regra e não a excepção!

Por outro lado, os aumentos em alguns casos colossais e muitas vezes especulativos, dos custos com os factores de produção, comprimem ainda mais as já escassas margens de lucro.

Tudo aquilo que se precisa para produzir foi ficando mais caro e cada vez mais caro, combustíveis, adubos, pesticidas, rações, fitofármacos, maquinaria... tudo aumentou, nada escapou.

Uma verdadeira política de melhoria de rendimentos dos nossos agricultores tem de atacar de frente estes dois problemas. Portugal há muito que abdicou uma política nacional para o sector agrícola, limita-se a aplicar a PAC, que em vez de resolver estes problemas ainda os agrava e aprofunda (veja-se o PEPAC).

Havendo vontade não será muito difícil promover uma melhoria nos rendimentos dos agricultores. A CNA há muito que propõe:

- a regulação efectiva do mercado e da forma como a grande distribuição opera em Portugal;
- a proibição de venda com prejuízo em todos os elos da cadeia alimentar;
- o estabelecimento de preços máximos para os factores de produção, a criação de mecanismos públicos para a sua distribuição e o combate efectivo à especulação;
- melhoria na atribuição das ajudas da PAC, invertendo de vez a vergonha dos números em que 20% dos agricultores ficam com 80% de todas as ajudas directas (este PEPAC também não resolve);

Estamos fartos de ser resilientes, estamos fartos de adversidades (já bem bastam aquelas que não podemos controlar), o que defendemos, e os agricultores precisam, é de uma vida melhor e isso é perfeitamente possível.

### **Segundo – Produzir para alimentar a nossa população**

Há 10 anos, no tempo das troikas, quando comemorávamos os 35 anos da CNA, afirmámos:

Companheiros, a perigosa estratégia do governo Português em atingir a auto-suficiência em valor até 2020, através da exportação de meia dúzia de produtos, leva a que toda a produção que não está direccionada para o comércio externo seja ignorada. Esta estratégia para além de perigosa está condenada ao fracasso.

Não gostamos de ter razão antes do tempo mas o certo é que nem reduzimos o défice balança comercial dos Produtos Agrícolas e agroalimentares – os últimos dados apontam para 3,8 mil milhões de euros – nem reduzimos a nossa dependência do exterior para alimentar a nossa população. O exemplo dos cereais comprova isso mesmo, graus de auto-suficiência miseráveis, que no trigo rondam os 4%.

Garantir a nossa Soberania Alimentar é vital!

A resposta tem de residir na produção para alimentar a nossa população, reduzir défices e produzir e consumir localmente, premissas que esbarram na actual organização do mercado onde se dá toda a primazia às grandes multinacionais do agronegócio e onde os agricultores continuam a ser relegados a meros produtores de matéria-prima ao mais baixo preço possível.

Urge a adopção de regras de comércio internacional que visem o bem-estar dos povos e não a acumulação dos lucros num punhado de empresas multinacionais.

### **Terceiro – Valorizar, Capacitar e Desenvolver a Agricultura Familiar**

A importância da Agricultura Familiar para o desenvolvimento do País é hoje inegável, o que faltam são as políticas concretas para a valorizar, e os instrumentos legais até já existem.

Portugal tem das legislações mais avançadas da Europa em termos de reconhecimento deste tipo de agricultura e agricultores, o Estatuto da Agricultura Familiar, mecanismo proposto pela CNA, que, fruto da luta dos agricultores e do contexto político à época, permitiu a sua aprovação.

Aprovado ele foi, mas tarda em ser concretizado. Se verdadeiramente cumprido, este Estatuto poderia ser um veículo importantíssimo para o desenvolvimento da agricultura e do país.

Para além da valorização importa potenciarmos o desenvolvimento das pequenas e médias explorações, impõe-se orientar a investigação e desenvolvimento para o minifúndio e para a Agricultura Familiar. A própria transferência de conhecimento terá de ser reorientada para esta realidade.

A inovação e o desenvolvimento que vêm sendo realizados com processos de digitalização assinaláveis, assumem um papel cada vez mais central na produção de alimentos. O problema que se verifica, muitas vezes, é que todos estes processos estão orientados para um tipo de explorações de maior dimensão, com necessidade de investimento e de capital que as explorações familiares não conseguem comportar. O que acontece, na realidade, é que a introdução de novas tecnologias de produção, que deveriam contribuir para a melhoria das condições de vida dos agricultores, acaba por ter um efeito contrário.

Estes agricultores, por não terem condições para as incorporar, acabam por perder competitividade, levando à falência das suas explorações.

O PEPAC deve, desde já, corresponder a este desígnio não só nas medidas de apoio relacionadas com o conhecimento mas também nas relacionadas com o apoio ao investimento na agricultura que têm de ser necessariamente adaptadas.

#### **Quarto – Combater as Alterações Climáticas**

Do ponto de vista ambiental importa desde logo ter em consideração os modelos de produção e comercialização de bens e produtos da Agricultura Familiar, das pequenas e das médias explorações, já que estas dão um contributo essencial ao combate e mitigação das alterações climáticas.

A Agricultura Familiar está normalmente sustentada na policultura e não na monocultura, sendo, também por isso, suporte de uma biodiversidade única, não só das espécies agrícolas, mas também de um conjunto de espécies animais e vegetais selvagens que beneficiam com o desenvolvimento deste tipo de agricultura.

Em resumo, será necessário adoptar o modelo de Produção Agroecológico em Portugal, tendo a pequena e média agricultura como base e a Soberania Alimentar como destino, um sistema em que os circuitos curtos de comercialização deixem de ser uma moda e passem de facto a ser prioritários.

Continuaremos a defender que, em 2030, 30% dos alimentos consumidos nas nossas cantinas sejam de base local.

Não é esta a visão que está no PEPAC. Esta reforma da PAC, que supostamente estaria mais preocupada com o meio ambiente, servirá principalmente para pintar de verde sistemas produtivos altamente industrializados e com impactos brutais no meio ambiente.

No combate à seca e aos seus efeitos, urge criar uma verdadeira estratégia de actuação quer de prevenção quer de mitigação dos seus efeitos. A CNA defende, por isso, a concretização de um Plano Nacional de Regadios que, por um lado, aposte na construção de novos equipamentos e barragens, assim como a conclusão de obras eternamente inacabadas.

A par da melhoria da capacidade nacional de retenção de água importa apostar em variedades e produções tradicionais normalmente mais bem-adaptadas ao nosso clima e que podem ser fundamentais na questão da disponibilização e consumo da água. A adopção de medidas de poupança no consumo da água deve ser prioritária.

### **Quinto – Rejuvenescer a Agricultura, Desenvolver o Mundo Rural**

Portugal continua a ter das populações agrícolas mais envelhecidas da Europa. Está mais do que provado que o modelo actual para a instalação de jovens agricultores, que se vai perpetuar na nova PAC, não resulta.

O problema, por exemplo, do acesso à terra mantém-se, a cada vez maior concentração das terras produtivas em megas explorações, muitas vezes detidas por fundos de investimento, que nem sabemos quem são, impede a instalação de jovens e, companheiros, não são os bancos de terras que vão resolver este problema.

A par os apoios à primeira instalação, que devem estar adaptados também à Agricultura Familiar, os jovens agricultores precisam de obter um rendimento condigno, precisam de preços justos à produção, e estas serão das principais razões para que muitos dos projectos acabem ao fim dos cinco anos em que a actividade é obrigatória.

Mas há mais razões e quase todas elas relacionadas com o definhamento do Mundo Rural, a ausência de serviços públicos de proximidade com qualidade, saúde, educação, transportes, são tudo entraves a sua manutenção nos territórios rurais. Ou mesmo matérias hoje consideradas fundamentais, como a capacidade de aceder à internet em banda larga, em todo o território, são em muitas situações ainda uma miragem.

Os jovens agricultores e o desenvolvimento do Mundo Rural precisam também de Ministério da Agricultura forte e próximo das suas explorações. Aquilo a que estamos a assistir, com a extinção das Direcções Regionais de Agricultura, vai completamente ao arrepio desta necessidade.

### **Sexto – Defesa dos Baldios, promoção da Floresta Autóctone**

O sector Florestal é de enorme importância estratégica para o desenvolvimento do nosso país, seja ele na vertente económica, ambiental e mesmo social. Tal como na agricultura o rumo tem sido o apoio incondicional às grandes empresas do sector e esmagamento e eliminação dos pequenos proprietários.

Estas práticas sistemáticas de baixos preços na produção têm imposto a desvalorização da correcta exploração florestal que perdeu interesse económico relevante para os pequenos e médios produtores florestais. Enquanto não se alterar esta situação, enquanto se esmagarem os rendimentos dos pequenos produtores florestais não há “gestão activa” da Floresta que resista.

A par dos preços a CNA bater-se-á também pela revitalização de outras fileiras de produtos florestais como a resina e pelo apoio técnico e financeiro à prevenção, detecção e o combate às Pragas e Doenças da Floresta.

Neste período confirmam-se as imensas potencialidades da propriedade comunitária e dos vastos territórios Baldios, e da sua posse, gestão e fruição pelos Compartes. A CNA, valorizando a história, o património e o percurso dos Baldios em Portugal e o seu movimento, a BALADI – Federação Nacional de Baldios e os Secretariados de Baldios distritais, saúda a concretização dos Agrupamentos de Baldios, importante avanço na melhoria da gestão dos mesmos. Serão, sem dúvida, um instrumento vital para os próximos 45 anos.

Face à Lei dos Baldios, que continuaremos a defender, a defesa da autogestão e dos meios para a sua concretização e a exigência de respeito por parte das entidades do sector.

Urge “recasar em comunhão de bens e serviços” a Agricultura Familiar com a Floresta de Uso Múltiplo ou Multifuncional.

**Sétimo**, o último, mas não o de menor importância, que é o da **Valorização da Mulher Agricultora**. A Berta Santos já aqui nos falou disso mesmo hoje. Urge criar condições para que as mulheres agricultoras tenham condições para trabalhar, urge trazer igualdade também ao nosso país. A MARP a Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas, muito tem lutado por isso, e essa luta tem tido frutos, pela primeira vez vamos ter uma organização de Mulheres na Comissão de Acompanhamento do PEPAC. É um pequeno passo, é certo, mas só foi possível pela luta intensa deste movimento. Saudemos, pois, a MARP, saudemos todas as Mulheres Agricultoras.

Os problemas são muitos companheiros! Os que enunciei e muitos outros que também necessitam de resolução urgente, como por exemplo os prejuízos causados por animais selvagens.

Mas a determinação dos agricultores em os afrontar não é menor. Foi isso que dissemos em Maio do ano passado em Lisboa, depois em Braga, com grandes acções nacionais e depois com acções em Coimbra, em Leiria, no Fundão, em Ovar, em Aveiro de exigência de medidas de defesa da agricultura nacional.

Daqui dizemos ao Governo, ao Parlamento, à Comissão Europeia que podem contar com a nossa garra, em defesa do nosso sagrado direito à terra e a produzir, levaremos as nossas alfaias lá, onde for preciso.

Certos de que enquanto existir a CNA os pequenos e médios agricultores nunca serão esquecidos, gritaremos cada vez mais alto e quantas vezes forem precisas.

VIVA A AGRICULTURA FAMILIAR!

VIVA A CNA!

Coimbra, 26 de Fevereiro de 2023